

# Cidade Digital: obras têm início

MINERVINO JÚNIOR/CEDOC/22.08.05

As obras do Parque Tecnológico Capital Digital, que fica em uma área do Parque Nacional de Brasília, já começaram. Após a liberação da licença de instalação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), o Governo do Distrito Federal (GDF) iniciou os trabalhos de infra-estrutura na área esta semana. "Agora, podemos iniciar as obras já licitadas, como cercamento da área, construção de calçadas e passeios" destacou o secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas.

No fim de janeiro, o governador José Roberto Arruda recebeu o documento elaborado por técnicos do governo, representantes do meio acadêmico e empresários. O texto definiu os objetivos, metas e ações a serem empreendidas para a instalação. O Parque Tecnológico deverá gerar 80 mil novos empregos no setor de indústria de tecnologia da informação, no DF, sendo 20 mil diretos. O investimento de R\$ 1 bilhão e aumento do faturamento do setor de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 5 bilhões, até 2014, também são consideradas metas da Cidade Digital.

O governador José Roberto Arruda assinou o decreto que dispõe sobre a gestão do Parque tecnológico. O grupo de gestão, por sua vez, ficou incumbido da execução do trabalho de implantação. Os órgãos e entidades



■ A PARTIR DE AGORA, COMEÇARÃO AS OBRAS DE CERCAMENTO DA ÁREA E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS

do GDF darão apoio operacional, administrativo, financeiro e logístico ao grupo.

## ■ Triáde

Com a união governo-empresários-universidade, os investidores terão capacidade competitiva em relação às demais unidades da Federação, com destaque para medidas fiscais que pretendem atrair quatro grandes empresas âncoras a serem instaladas no DF, como

vanguardas do desenvolvimento de Tecnologia da Informação, bem como empresas micro, pequenas e médias, com o compromisso de elevar as exportações. O consenso entre esses três pilares estabeleceu a criação de uma organização social (OS) que terá a responsabilidade institucional de executar os trabalhos práticos, como contatos com autoridades, empresários, tomada de providências para atrair os investidores.

Quanto à destinação dos terrenos, o grupo de trabalho destacou que o critério para a venda será o de concessão com direito de uso. Trata-se de alternativa capaz de acomodar interesses, tanto da classe empresarial, como do governo, na medida em que preserva o patrimônio público, estimula investimentos, como acontece nos parques tecnológicos mais modernos do mundo existentes nos países asiáticos.